

A favor do Brasil e dos brasileiros

» JUSCELINO FILHO
Ministro das Comunicações



Desde 2009, a China se firmou como o maior parceiro comercial do Brasil, uma relação que se fortalece a cada ano. A recente visita do presidente chinês, Xi Jinping, à capital brasileira não só reforça o prestígio do Brasil no cenário internacional, mas também sublinha a importância estratégica dessa parceria para ambos os países. Celebramos, neste ano, meio século de relações diplomáticas, um marco que atesta a solidez e a longevidade dessa cooperação.

No âmbito das telecomunicações, o Ministério das Comunicações deu um importante passo ao assinar acordos com a empresa chinesa SpaceSail e com a Administração Nacional de Dados do país asiático. Esses acordos visam impulsionar a conectividade e a economia digital no Brasil, áreas cruciais para o desenvolvimento socioeconômico do país. No entanto, é importante esclarecer que essa parceria não deve ser vista como uma escolha entre tecnologias chinesa ou americana, como a da Starlink, mas, sim, como uma estratégia para ampliar a concorrência com mais opções disponíveis aos brasileiros.

A tecnologia de internet via satélites de baixa órbita apresenta uma solução inovadora para levar internet de alta velocidade a regiões remotas do Brasil, onde as infraestruturas tradicionais de conexão são limitadas ou inexistentes. Estamos falando de moradores de regiões rurais, territórios indígenas, comunidades ribeirinhas e quilombolas, onde, muitas vezes, é muito difícil a chegada de cabos de fibra óptica por causa de uma série de dificuldades. Se não é possível levar a infraestrutura de internet por terra, então é necessária a alternativa satelital. O Brasil, com sua vasta extensão territorial e diversidade geográfica, enfrenta desafios únicos em termos de conectividade. Portanto, é essencial que busquemos todas as opções disponíveis para superar essas barreiras e promover a inclusão digital.

A Starlink já oferece seus serviços no Brasil e continuará a expandir sua presença, com 224,5 mil conexões registradas, das quais um terço está na Região Norte. O Brasil é um grande mercado consumidor, com um potencial significativo de crescimento. Portanto, a introdução da SpaceSail no cenário brasileiro nos próximos anos não deve ser vista como uma competição, mas como uma oportunidade de diversificação e fortalecimento da infraestrutura digital do país. Afinal, nenhum mercado é sadio quando apenas uma empresa domina.

Além da empresa chinesa, outra companhia americana, a Amazon, com seu projeto Kuiper, pretende lançar a sua constelação de satélites de

baixa órbita e oferecer seus serviços de conectividade no Brasil. A direção nacional da empresa nos procurou neste segundo semestre para apresentar seu projeto e a intenção de operar no país.

Uma maior concorrência pode impulsionar melhorias nos serviços oferecidos e fomentar a inovação tecnológica e a redução de custos, tornando a internet de alta velocidade mais acessível para todos. Queremos garantir que todos os cidadãos, independentemente de sua localização, tenham acesso a serviços de internet de alta qualidade e a preços justos.

Isso é fundamental para dar acesso a uma série de serviços públicos e privados, além de inserir essa população na economia digital, que é a economia do futuro. Não apenas para poderem realizar compras em lojas on-line e receberem em suas casas, como também para abrir a possibilidade de novas oportunidades de geração de emprego e renda, seja por meio de um trabalho remoto seja pelo empreendedorismo, com a venda de seus produtos para clientes de todo o Brasil.

O Ministério das Comunicações não trabalha em defesa de outras nações nem a favor de empresas ou tecnologias específicas. Nosso compromisso é — e sempre será — com o povo brasileiro. Acreditamos que, ao promover a diversidade de opções e incentivar a presença de mais empresas operando no país, quem realmente ganha é a população. E é isso que continuaremos a fazer: buscar incessantemente soluções que beneficiem o povo brasileiro.

Esperançar para superar os desafios presentes

» ROZANA REIGOTA NAVES
Reitora da Universidade de Brasília (UnB)



Enquanto houver batalhas, haverá esperança”, assim se pronunciou Dom Quixote, personagem de Miguel de Cervantes, cavaleiro errante que acreditava na luta pelo que considerava justo e nobre. Esperançar, assim tornada verbo, remete à pedagogia de Paulo Freire, o grande educador brasileiro para quem a esperança constitui necessidade ontológica, prática que fundamenta a luta histórica e contínua para melhorar o mundo.

Esse é o sentimento que toma conta de mim e da comunidade da Universidade de Brasília (UnB) desde o dia 21 de novembro último, quando ocorreu a cerimônia de transmissão do cargo de reitora, e, em particular, a partir da noite de 22 de novembro, com a nossa nomeação pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Esses eventos materializaram o início do desenvolvimento do projeto de universidade participativa e transformadora, amplamente debatido e escolhido pela comunidade para a gestão da UnB nos próximos quatro anos. A ideia-conceito “Participar e Transformar” reside no pressuposto de que, para transformar os nossos processos e contribuir efetivamente para o desenvolvimento social, científico e tecnológico do Distrito Federal e do Brasil, a participação e o engajamento da comunidade acadêmica serão fundamentais.

Concebemos a universidade como o lugar privilegiado do debate e da crítica para a construção de sujeitos protagonistas da própria transformação. Uma universidade necessária e de vanguarda, respeitosa ao legado que nos deixaram Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira, cuja produção de conhecimento seja promotora de justiça social.

Pensar o Brasil como problema, atuando como aceleradores da história para superar o círculo vicioso do subdesenvolvimento, foi a convocação que Darcy nos fez. E é desse lugar que pretendemos atuar, para que a UnB se fortaleça como uma universidade inovadora, ousada, criativa e comprometida com a proposta de soluções para os grandes desafios nacionais e globais do nosso tempo. Nesse contexto, destacam-se dois eixos com os quais pretendemos contribuir profundamente.

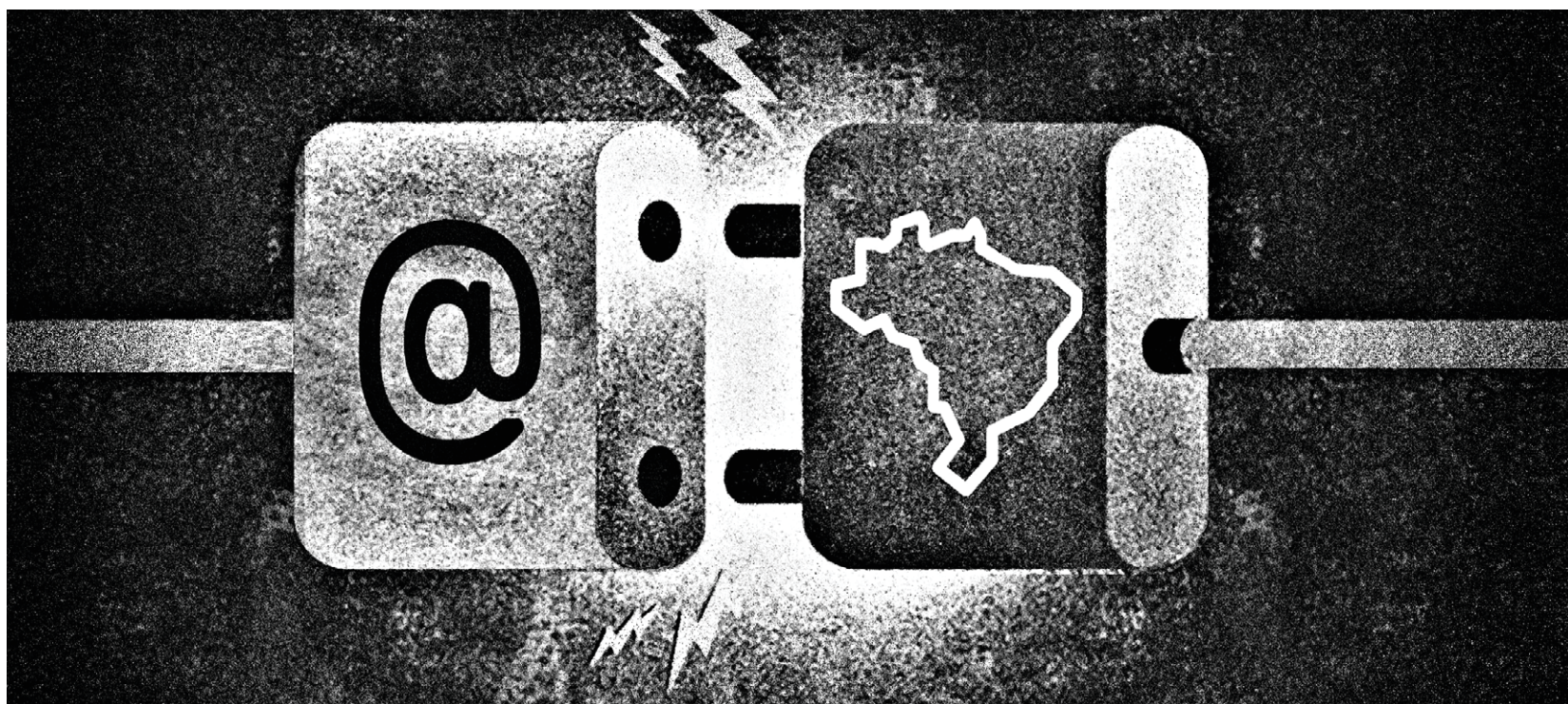
O primeiro é o da emergência climática, que nos leva ao tema da justiça socioambiental, incluindo aspectos como a inclusão social e o enfrentamento à fome e à pobreza, o desenvolvimento sustentável, as transições energéticas e a ação climática e a defesa de uma nova governança global, que nos coloca, como instituição, em forte interação com o Sul Global e com a China, o maior parceiro econômico do Brasil neste momento e com o qual queremos ampliar a cooperação no campo da pesquisa e da inovação.

O segundo eixo é o da inteligência artificial (IA), dadas as preocupações éticas e os riscos que o uso da IA indicam para a garantia dos direitos individuais e coletivos, o bem-estar, a soberania nacional e a manutenção da democracia. Enquanto universidade, queremos e devemos contribuir ativa e participativamente com a implementação do Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA) 2024-2028.

Em seu discurso como doutor honoris causa pela UnB, Noam Chomsky, linguista e ativista político agraciado com o título em 2020, reforçou a necessidade de as universidades estarem atentas ao seu papel: “Nós temos meios de superar as crises que a humanidade enfrenta. Os meios são praticáveis, eles são alcançáveis. Mas não é suficiente saber, é necessário agir. Esse é o desafio iminente, para todos nós”.

Obra do acaso, ou do destino, tivemos a honra de iniciar nosso mandato com a visita, em 26 de novembro, do cientista Randy Schekman, Prêmio Nobel de Medicina de 2013, também doutor honoris causa pela UnB, que ministrou palestra intitulada O papel dos genes, das células e da ciência básica nas descobertas e nas doenças. Logo no dia seguinte, recebemos o ministro da Educação da China, Huai Jimpeng, e sua comitiva, para a assinatura de memorando de entendimento referente às atividades do Centro Brasil-China de Pesquisa, Desenvolvimento e Promoção de Tecnologia e Mecanização para Agricultura Familiar, que conta, ainda, com a parceria do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST).

É a serviço dessa universidade, multicampi, nucleada nos seus territórios, mas projetada para o país e o mundo, que nos colocamos a partir de então acreditando profundamente que superaremos os desafios e alcançaremos os objetivos institucionais por meio de uma gestão participativa e humanista, em um ambiente de trabalho saudável e inclusivo.



Tarifa Brics: o tiro que pode sair pela culatra

» ROBSON CARDOCH VALDEZ
Doutor em estudos estratégicos internacionais (UFRGS) e professor de relações internacionais do IDP



O aumento de 100% nas tarifas sobre produtos dos países do Brics+ (Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul, Irã, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Egito e Etiópia), conforme ameaça feita pelo presidente eleito Donald Trump na rede social Truth Social, teria impactos significativamente indesejáveis na economia norte-americana, afetando consumidores e setores econômicos importantes dos Estados Unidos. Ainda que essa medida possa incentivar a produção doméstica e a redução do déficit comercial no curto prazo, no médio prazo, porém, poderíamos testemunhar aumento dos preços de itens essenciais, como eletrônicos, alimentos e energia, pressionando a inflação e o custo de vida, enquanto cadeias produtivas sofreriam com elevação dos custos de produção em setores-chave. Adicionalmente, esse “tarifaço” poderia enfraquecer a posição geopolítica e comercial dos EUA, criar tensões e até mesmo acelerar, em vez de arrefecer, a cooperação entre os países do Brics+.

Como é sabido, o aumento de tarifas, em tese, pode incentivar a produção doméstica nos EUA, estimulando indústrias a buscar alternativas

locais ou regionais, mesmo que isso demande reestruturação de cadeias produtivas em um prazo relativamente maior e a um custo mais alto. Quanto ao saldo comercial, as tarifas têm um papel importante nesse objetivo, mas também às custas de um aumento de preços aos consumidores e empresas.

Assim, nesse contexto, a economia norte-americana sofreria com a elevação dos preços de itens essenciais, repassando custos para os consumidores estadunidenses e pressionando a inflação, o que impactaria o custo de vida. Da mesma forma, a medida anunciada por Trump reduziria a competitividade global de empresas norte-americanas e provocaria mudanças importantes nas cadeias de suprimentos globais, elevando os custos de produção nos EUA, especialmente em eletrônicos (China), energia (Rússia), metais, produtos agrícolas e fármacos (Brasil e Índia). Toda essa dinâmica de desaceleração econômica e inflação (persistente em alguns setores) dificultaria os esforços para a estabilização dos preços e geração de empregos, promessas de campanha de Donald Trump.

Por fim, na dimensão geopolítica, Trump pode desencadear retaliações comerciais recíprocas envolvendo as principais correntes de comércio e investimento em nível global que poderiam isolar os próprios Estados Unidos. Além disso, a medida fortaleceria a cooperação entre os países do Brics+, incentivando ações para reduzir a dependência dos EUA, como o uso de moedas locais e sistemas de pagamento internacionais — um contraponto ao dólar e ao

SWIFT. No longo prazo, essa abordagem debilita ainda mais a já enfraquecida capacidade dos EUA de liderar o sistema internacional, fortalecendo a agenda multipolar, muito popular no Sul Global e que vem sendo estrategicamente promovida pela China e pela Rússia.

Em um cenário de eventual recrudescimento das relações Brasil-Estados Unidos, o Brasil se encontraria diante da necessidade de buscar mercados alternativos para compensar a redução das exportações aos EUA, fortalecendo, de forma pragmática, relações comerciais com parceiros na Ásia, Europa e no próprio bloco Brics. Nesse sentido, o acordo de livre-comércio Mercosul-União Europeia, celebrado na semana passada, parece ter se tornado uma aposta ainda mais relevante para os dois blocos diante da crescente fragmentação do comércio internacional. Essa reconfiguração pode ainda acelerar iniciativas para diversificar a economia e reduzir a dependência do mercado norte-americano, mas exigiria tempo e investimentos significativos. Resta saber se os atores nacionais estão dispostos a esperar. Do contrário, poderão formar grande bloco de oposição ao governo federal.

A ameaça trumpista evidencia, assim, a dificuldade do establishment norte-americano de lidar com um sistema internacional repleto de fraturas e que desafia a declinante liderança dos Estados Unidos. Diante desse cenário de riscos e oportunidades, o Brics+ e demais países avaliam seus relativos graus de sensibilidade e vulnerabilidade do sentido de calibrar suas ações para melhor defender e promover seus interesses nacionais.